

AGRONEGÓCIO NO SUDESTE GOIANO E AS DISPUTAS PELO USO DO TERRITÓRIO

Agrobusiness in southeast goiano and dispute the use territory

Agronegócios en el sureste goiano y las disputas por el uso del territorio

Patrícia Francisca de Matos¹
Universidade Federal de Uberlândia - Brasil

RESUMO

A territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano metamorfoseou, o espaço agrário de muitos municípios em consequência das "novas lógicas" que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência e da tecnologia, pela especialização produtiva, principalmente a produção de grãos, voltados para agroindústria e para mercado externo. Somam-se a isso, a concentração de terras, os impactos ambientais e a substituição de produtores tradicionais, em muitos casos camponeses, por empresários rurais. Assim, com a territorialização do agronegócio, constituem-se novos usos do território pelas empresas rurais e pelas agroindústrias, criando novas territorialidades no campo e nada cidade e consequentemente disputas pelo uso do território.

Palavras-Chave: cerrado; modernização da agricultura; agronegócio; território; Sudeste Goiano.

ABSTRACT

The territorialization of modern agriculture in Southeast of Goiás transformed the agrarian space of many municipalities as results of the "new logics" that if they had installed, marked by the intense use of science and the technology, by specialization, particularly the production of grains, aimed at agribusiness and foreign markets, by territorialization of agribusinesses, at last, new forms of exploration of the land. Added to this, the concentration of the land, the environmental impacts and the replacement of traditional producers, in many cases peasants, for agribusiness entrepreneurs, and consequence disputes use territory.

Keywords: cerrado (savannah); modernization of agriculture; agribusiness; territory; Southeast of Goiás.

RESUMEN

La territorialización de la agricultura moderna en Sureste Goiás metamorfoseó, el paisaje agrario de muchos municipios como consecuencia de la "nueva lógica" que se instaló, marcada por un uso intensivo de la ciencia y la tecnología, por la especialización, sobre la producción de cereales, frente a la agroindustria y los mercados externos. Además, la concentración de la tierra, los impactos ambientales y la sustitución de los productores tradicionales, campesinos en muchos casos por los empresarios rurales. Con la territorialización de la agroindustria, constituyen lo que los nuevos usos del territorio por parte de las empresas rurales y de agonegocios, la creación de nueva territorialidad en el campo y la ciudad y por consiguiente las disputas sobre el uso del territorio.

Palabras clave: cerrado; la modernización de la agricultura; agonegocios; territorio; Sureste de Goiás.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender as disputas pelo uso do território em consequência da territorialização do agronegócio no Sudeste Goiano. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, com revisão teórica, pesquisa de campo e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. O recorte temporal delimitado foi o período pós 1980, marcado pela territorialização da agricultura moderna, viabilizada pelo capital privado e por aparatos do Estado.

Para investigar as disputas pelo uso do território no Sudeste Goiano em consequência da territorialização do agronegócio a pesquisa analisou as bases sobre as quais esse modelo da agricultura se assenta, compreendendo-o a partir da territorialização do capital, para a sua reprodução, o que cria territórios articulados por meio de redes, constructos de uma atividade econômica que produz sob os imperativos da globalização. Assim, pensar as disputas pelo uso do território no Sudeste Goiano, especificamente a territorialização do capital no espaço agrário, requer compreender

que esse processo faz parte da dinâmica de reprodução do capitalismo nas áreas de Cerrado, que é palco de disputas de poder, de espaço e de uso.

O processo de territorialização do capital no espaço agrário, que gera a modernização da agricultura, altera não apenas o processo produtivo em decorrência da inserção de inovações tecnológicas, mas também as formas de apropriação, construção e usos do território. Esses novos usos do território ocorreram principalmente nas áreas de chapadas, denominadas no decorrer do trabalho como arena do capital.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Para Oliveira (2004), a conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica contraditória da mundialização do capital, pois, é devido a essa lógica contraditória que o agronegócio tem-se expandido no Brasil. “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo” (p. 37). E ainda, “[...] produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável em sua soberania alimentar.” (p. 38).

A partir da década de 1990, governo, pesquisadores e mídia passaram a empregar o termo agronegócio, “numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista” (MARCOS, 2008, p. 196).

Essa expressão é utilizada no Brasil para designar grandes propriedades modernas que se dedicam à monocultura com o emprego de tecnologia avançada e reduzida mão-de-obra. Na maior parte dos casos, a produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com a finalidade principal de auferir lucros.

Teubal (2008), por sua vez, ressalta que no modelo de funcionamento do agronegócio, há predomínio de capital, especialização crescente de determinadas commodities para o mercado externo e tendência à concentração em grandes unidades de produção/exploração. Diferentemente, “no sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências.” (WELCH; FERNANDES 2008, p. 166). Desse modo, enquanto que a lógica da agricultura camponesa se baseia em três fatores essenciais: terra, trabalho e família, o agronegócio, no lucro e na renda.

Para Fernandes (2004), o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Porém, esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção monocultora para exportação. Desde o princípio do capitalismo, em suas diferentes fases, o modelo da grande produção agropecuária utiliza tecnologias para intensificar a produtividade e aumentar a exploração da terra e do homem.

O agronegócio tornou-se uma espécie de “ouro verde” para o governo, visto que

contribui de forma significativa para o superávit da balança comercial. O Brasil é um dos líderes mundiais em produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro em produção e exportação de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera as vendas de soja, milho, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro.

Com total apoio do Estado, o agronegócio foi se alastrando no campo brasileiro, “disputando” territórios produtores de culturas alimentícias, expulsando os camponeses do campo e/ou explorando a força de trabalho deles ou manipulando a sua produção. A manipulação da produção, caracterizada pelas empresas como integração, é denominada por Oliveira (2004) como monopolização do território. As empresas instalam-se em áreas estratégicas e monopolizam o território, estabelecendo contratos com camponeses ou capitalistas, e estes passam a produzir o que a empresa requer e com as qualidades exigidas pela mesma, ou seja, o produtor fica subordinado à empresa em o que, como e quando produzir, o que ocorre, por exemplo, com a cana-de-açúcar, a laranja, o fumo, assim como, com a suinocultura e a avicultura.

Ao analisar o mundo agrário na globalização, Ianni (1997, p. 46) faz a seguinte afirmação: “a revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideias sócio-culturais, em seus significados políticos”. Com essa afirmação, o autor chama a atenção para o fato de que, nas áreas onde a modernização agrícola

se expande, há transformação no modo de vida da população residente, pois são inseridos novos valores, que se aproximam dos valores urbanos. Sobre essas mudanças, Santos (2008, p. 47) ressalta que “[...] o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência.”

No agronegócio, o processo produtivo, conduzido pela lógica do mercado global e das inovações da ciência, modifica o cotidiano do campo por meio da utilização de instrumentos da biotecnologia, da engenharia genética, da microeletrônica, incorporando dessa forma um novo campo de valorização do capital que afeta de forma direta as relações sociais de produção. Para Santos e Silveira (2008), as inovações técnicas concorrem para criar um novo uso do tempo e da terra. “Dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando os solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional” (2008, p.118).

Em Goiás o agronegócio é tido como uma das principais atividades de desenvolvimento econômico do estado. O Sudoeste Goiano, o Sudeste e o Sul Goiano, constituem as principais áreas de produção agrícola, notadamente, de grãos do estado de Goiás. No Sudeste Goiano, a territorialização do capital no processo produtivo não ocorreu de forma homogênea em todos os municípios. Territorializou-se de forma mais consolidada em Catalão, Campo Alegre, Ipameri, Orizona, Silvânia e Vianópolis. A territorialização da agricultura moderna nesses

municípios está associada, principalmente, à topografia plana e à abundância dos recursos hídricos, que possibilitaram uma (re)organização produtiva.

Na implantação da agricultura moderna, os espaços prioritários para investimentos de capital no Cerrado foram as áreas de chapada ou chapadões. Pela planura de seu relevo, as chapadas são ideais, principalmente para aquelas culturas nas quais se têm maior capacidade de mecanização como a soja e o milho. As chapadas também são dotadas de excelentes recursos hídricos, que possibilitam a irrigação de culturas no período seco (de maio a setembro). Assim, os fatores físicos foram muito importantes para a expansão da fronteira agrícola, pois, ao se apropriar, o capital não tem interesse apenas na terra, mas também no que ela contém de outros recursos naturais (água, relevo, clima) que podem proporcionar maior agregação de valor à produção.

Até o início dos anos 1970, as chapadas eram consideradas áreas impróprias para a produção agrícola, devido às condições físico-químicas do solo. Sendo assim, eram utilizadas para a pecuária e para o extrativismo. Eram áreas pouco valorizadas se comparadas com as chamadas “terras de cultura”, que possuíam um valor maior por serem propícias ao plantio de lavouras.

No Sudeste Goiano, os sulistas foram personagens do capital “convidados” a compor o “novo” cenário agrícola das áreas de chapada. Esses novos sujeitos metamorfosearam não apenas a paisagem com seus cultivos, mas também a estrutura da produção, transformando as fazendas em empresas rurais,

espaço autêntico símbolo do capital. As empresas rurais adotam as modernas tecnologias para o processo de produção, estão inseridas a nova divisão do trabalho, contam com especialização e gestão produtiva, com planejamento de todas as etapas da produção, com controle organizacional, estratégico, operacional, gerencial e administrativo. Nos municípios do Sudeste Goiano, há desde as mais “simples” até as mais “sofisticadas” empresas agrícolas.

Cabe um esclarecimento aqui do que se considera “simples” e “sofisticadas” empresas agrícolas. Especialmente nos municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Catalão, estão territorializadas empresas agrícolas que contam com um padrão tecnológico moderno em todas as etapas do processo produtivo. Trabalham com monoculturas diversificadas para garantir maior exploração da terra e do trabalho, têm certificação de qualidade e possuem todo um padrão organizacional para competir no mercado e auferir maiores lucros. As empresas simples produzem também sob aparatos tecnológicos, mas em menores proporções, com menores volumes de capital e, às vezes, com tamanho menor de propriedade.

O poder econômico e social que as tradicionais fazendas de gado tinham em Goiás, por volta da década de 1970, em muitos municípios foi substituído pelas empresas rurais. Assim como a posição social do fazendeiro foi substituída pela figura do empresário rural. Este é chamado de empresário rural e não de fazendeiro. Com uma nova organização produtiva e novas relações sociais de produção e trabalho, as empresas rurais se

estabeleceram no Cerrado como símbolo de progresso e modernidade. Os territórios que antes eram considerados entraves, como as chapadas, tornaram-se, com o uso de tecnologia, os territórios mais adequados no Cerrado para a ampliação e a reprodução do agronegócio.

No Sudeste Goiano as empresas rurais estão territorializadas, essencialmente, nas áreas de chapadas. No levantamento realizado, constatamos que as empresas rurais do Sudeste Goiano identificadas são, na maioria, para a produção de grãos, tendo como carro-chefe a soja, seguida do milho. Secundariamente, com o processo de irrigação os empresários rurais investem em culturas de café, algodão ou trigo. Além da produção de grãos, existem empresas na área de reflorestamento (pinus e eucalipto), no setor da cana-de-açúcar e no de hortifrutigranjeiros (cebola, batata e tomate).

Conforme as atividades das empresas agrícolas, observa-se que os novos atores territorializaram novos cultivos e, portanto, houve a criação de novas territorialidades ligadas ao modelo modernizante. Essas novas territorialidades se consolidaram em função da desterritorialização do agricultor regional, dos seus métodos, cultivos, hábitos culturais e relações sociais, e de sua reterritorialização em muitos casos, no espaço urbano, perdendo o poder de cultivar a terra. Para Santos (2006), a adição de capital no espaço leva à corrente migratória em dois sentidos: a expulsão dos sujeitos que não se adaptam aos níveis técnicos e de capital e a inserção nesse espaço de atores dotados das novas capacidades exigidas para movimentar as inovações técnico-científicas,

gerando, conseqüentemente, novos usos do território.

AS DISPUTAS PELO USO DO TERRITÓRIO NO SUDESTE GOIANO

Pensar as disputas pelo uso do território no Sudeste Goiano, especificamente a territorialização do capital no espaço agrário, requer compreender que esse processo faz parte da dinâmica de reprodução do capitalismo nas áreas de Cerrado, que é palco de disputas de poder, de espaço e de uso. Mas, como compreender a gênese dessas disputas? Na verdade, as disputas pelo uso do território ocorrem desde as primeiras ocupações, porém intensificaram a partir da década de 1970 em função da modernização do território. Essa modernização projetada pelo Estado deu um novo valor para o Cerrado que remodelou a sua estrutura produtiva, dando-lhe destaque a nível nacional e internacional.

A produção agrícola e pecuária do Cerrado por meio da inserção de tecnologias modernas retirou essas áreas da desvalorização econômica. No entanto, a desvalorização da sua biodiversidade, permaneceu. Prova disso é a sua destruição de forma drástica (que será discutido no próximo item), ou seja, a valorização econômica custou a destruição ambiental. Essa perspectiva economicista valoriza o “cerrado apenas pela patente econômica fundada no critério de rentabilidade para a qual destrói enquanto vida. [...] impõe a vida para economia. Não uma economia para vida” (CHAVEIRO, 2008, p. 89).

Na realidade, a visão que se tem construída sobre o Cerrado, nas últimas décadas, é a de uma região com grandes potencialidades

econômicas para a reprodução do capital, desconsiderando-se, portanto, sua biodiversidade, sua cultura e seus povos, os Povos Cerradeiros¹ como os nomeia Mendonça (2004). Mas, o Cerrado não pode ser visto apenas pelas suntuosas monoculturas de grãos, como a soja. Ele deve ser visto também pelas danças, culinária, festas, Paisagens Cerradeira², enfim, por vários aspectos que vão além do agronegócio e do material. Assim, os diferentes interesses que se manifestam e se refletem nas formas de intervenção econômica, social e política designam o Cerrado como um território de disputas.

As disputas pelo uso do território do Cerrado vão desde a apropriação dos elementos naturais, como água, solo e vegetação, até elementos culturais, utilizados para aniquilar, destruir ou subordiná-los ao mercado. Além do uso, conforme afirmou Chaveiro (2008), o Cerrado está no centro de uma disputa de sentidos, filiações simbólicas, econômicas e políticas.

No Sudeste Goiano, as disputas por territórios são, logicamente, mais visíveis em alguns municípios. Ocorre que as disputas nem sempre são caracterizadas por conflitos, mas da luta pela permanência na terra e pela (re)existência, que requer a superação da carência de políticas públicas de produção, crédito e assistência técnica. Essa realidade pode ser verificada na fala de um camponês do município de Orizona:

Vivêr no campo, hoje em dia, é muito difícil, porque num tem muito incentivo pra produzir. Pra produzir o arroz pro gasto, é pior ir na pratadeira do mercado e comprar,

porque os custo num compensa. Compensa pro grande que produz muito e o governo ajuda. Ocê vê aqui, num tem um porco; tenho que comprar a banha, porque num planto o milho; milho compro só pra galinhas, porque também num dá para morar na roça e num ter um ovo para fazer biscoito, para servir de mistura. [...] a renda nossa aqui é do leitinho e da minha aposentadoria. Esses grande aqui que tira muito leite, tem dinheiro para investir, mais nois, pequeno, tem que ir lutando com o que tem (2009).

A realidade vivida pelo camponês do município de Orizona não é uma especificidade local, faz parte da conjuntura das políticas agrícolas de beneficiar o empresário rural, a grande produção, com o discurso de que esses sujeitos são responsáveis pela produção agrícola no Brasil. Nas pesquisas de campo, observou-se que muitas famílias de comunidades rurais vivem basicamente de aposentadorias, porque não têm incentivos para produzir. Mas, também há camponeses que driblam a falta de incentivos e fazem pequenos “pedaços de chão” produzir não apenas para sobreviver, mas para viver com mais qualidade de vida. No Sudeste Goiano, a luta pela terra dos trabalhadores rurais sem-terra por meio dos movimentos sociais, notadamente o MST também caracteriza as disputas territoriais. Esse movimento se territorializou no Sudeste Goiano a partir de 2002 nos municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Pires do Rio e Orizona. Desses acampamentos, no município de Ipameri consolidou-se o assentamento Olga Benário. A consolidação do Olga Benário estimulou a mobilização de trabalhadores rurais de Ipameri e municípios vizinhos na luta pela terra.

A luta de trabalhadores camponeses para permanência na terra contra o hidronegócio

também é um exemplo de disputa pelo uso do território no Sudeste Goiano. Essa luta começou no município de Catalão com a construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão que desterritorializou cerca de trezentas famílias camponesas. Diversas lutas foram travadas pelo MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens), com o auxílio da Igreja Católica por meio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT),

da Universidade Federal de Goiás /Campus de Catalão, especialmente o curso de Geografia, contra a construção da barragem Serra do Facão em função não apenas dos impactos ambientais, mas também dos custos socioculturais. Apesar das lutas travadas, os camponeses foram desterritorializados; perderam suas terras para a construção do empreendimento capitalista para geração de energia elétrica.



FOTO 1 - Ipameri (GO): acampamento as margens da rodovia GO-213. O acampamento fica em frente uma empresa rural de produção de soja.
Fotografado por Patrícia Francisca de Matos, 2010.

No caso dos camponeses a(s) disputa (s) pelo uso do território é para continuar nele vivendo e pela permanência dos hábitos culturais, tradições, saberes, muitas vezes acumulados secularmente, passados de geração para geração, que não devem ser desprezados ou extintos pelo progresso e pela modernidade. A permanência das tradições culturais constitui uma forma de resistência dos camponeses, principalmente no que se refere à produção, que é centrada em um conjunto de conhecimentos, na relação de reciprocidade com a natureza e na qual a terra não é vista como uma mercadoria, objeto para reprodução de capital. [...] “o cultivo

de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente a natureza” (FABRINI, 2010, p.83).

A modernização e as inovações tecnológicas não conseguiram destruir essas tradições, pelo contrário, há uma revalorização delas, porque são também elementos das lutas e disputas territoriais e constituem a identidade dos povos e da paisagem cerradeira. Chaveiro (2005, p. 54) ressalta que “a modernização, apesar de ser avassaladora e hegemônica não erradicou a tradição; esta embora resistindo, não se impõe. Mesmo que não se imponha, ora converge, ora

conflita, ora se adapta aos novos signos modernizantes.”

A modernização, então, chega e impõe novos usos do território, mas não consegue aniquilar totalmente as formas existentes anteriormente ditas, muitas vezes, arcaicas ou atrasadas. Estas podem resistir ao tempo, ao capital e principalmente à modernidade. Muitos

são os exemplos encontrados nos municípios do Sudeste Goiano, como o uso do carro-de-boi como meio de transporte; a matraca para fazer o plantio, o engenho para produzir o melado e a rapadura, a farinha de mandioca “feita no ralo”, a plantação de milho com sementes crioulas, entre outros (FOTO 2).



FOTO 2 – (A): Orizona (GO): uso do carro-de-boi no transporte de madeira; (B): Orizona (GO): equipamento de moer cana para produção de melado e rapadura.

Fotografado por (A) Flávia Pereira, 2008; (B) Patrícia Francisca de Matos, 2009.

Mas, ao se pensar na organização da produção não se pode ser simplista, considerar que os trabalhadores camponeses articulam suas formas de produzir apenas do jeito tradicional, pois utilizam elementos tradicionais e modernos.

Nas áreas de modernização da agricultura os usos do território vão se metamorfoseando, em muitas vezes, carregados de conflitos entre os sujeitos do local e os sujeitos de “fora”. Estes, utilizam o discurso de serem trabalhadores e, portanto, responsáveis pela nova valorização do Cerrado, por meio da modernização, do aumento da produção, colocando o novo

sempre como “superior” e “melhor” que o velho, que o tradicional (GIDDENS, 1991).

Os desdobramentos desse embate são vários, nas relações de poder encetadas pelos empresários rurais, eles se consolidam como detentores do poder econômico e político, em escala local e regional. No Sudeste Goiano, é possível perceber que os sulistas dividem espaço econômico e político com os antigos fazendeiros, tradicionais, do município, com os comerciantes, com empresários urbanos e outras partes das elites locais. Os sojicultores, ou empresários rurais, são parte da elite das cidades, por seu poder econômico, possuindo as

caminhonetes do ano (lançamentos do mercado), residências com mais de 400m², no patrocínio de festas ligadas ao agronegócio, como as exposições agropecuárias. Seus nomes são conhecidos e respeitados nos municípios. Além do poder econômico que os empresários rurais têm nas cidades, eles também exercem, direta ou indiretamente, o poder político do município e/ou do estado, fazendo alianças partidárias, candidatando-se a cargos públicos ou apoiando e financiando a candidatura daqueles que desejam ver no poder.

No município de Campo Alegre de Goiás, por exemplo, o poder político dos empresários rurais é exercido, principalmente por meio do patrocínio de candidaturas. O prestígio dos empresários rurais na vida política do município está materializado tanto nas relações sociais quanto na própria paisagem da cidade, como é o caso da escola, cujo nome homenageia um empresário rural (FOTO 3). No município de Pires do Rio, os empresários do complexo agroindustrial assumiram diretamente o poder público local, governando a cidade por dois mandatos consecutivos (de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008).

Não é pretensão da pesquisa aprofundar-se nos aspectos políticos, porém é relevante, para o entendimento das metamorfoses sócio-espaciais, compreender como esses sujeitos atuam politicamente no território. O domínio político por parte dos empresários rurais não se dá apenas pelo financiamento ou candidaturas políticas. Vai, além disso. A edificação de cidades também constituiu projetos políticos de empresários rurais.

No município de Ipameri foi erguido um vilarejo, em uma empresa rural, para alojar seus trabalhadores. O objetivo é que o povoado se tornasse uma agrovila e, posteriormente se emancipasse politicamente. Todavia, esse vilarejo, nomeado de Tomazinópolis³, ainda não passou de um vilarejo, com uma população de cerca de 100 moradores a maioria, trabalhadores permanentes e ou temporários da empresa rural que o edificou. Um dos donos⁴ da empresa rural atribui o não crescimento do vilarejo à falta de apoio da Prefeitura de Ipameri. Ainda no município de Ipameri, um empresário rural projetou a edificação de uma cidade, às margens da BR-050 e a denominou de PG Ville (FIGURA 1).

No início de 2002, foi inaugurada a primeira edificação da PG Ville, o Templo da Ciência⁵. Mas, o projeto não foi levado adiante, devido à morte do seu idealizador. Sobre a edificação da cidade, o empresário rural, herdeiro da empresa relata:

O meu pai queria no início criar uma agrovila e futuramente ser emancipada, porque Ipameri é um erro geógrafo. É um município muito extenso, ficamos distante de lá 130 km, não temos apoio nenhum do município, nem escola eles quiseram montar aqui. Daí meu pai via quatro alternativas: anexar essas áreas da chapada ao município de Campo Alegre ou de Cristalina, emancipar Domiciano Ribeiro⁶ ou criar a cidade.

Nas áreas de Cerrado, e de forma particular no Centro-Oeste brasileiro, a construção de núcleos urbanos ou a sua emancipação de distritos por agentes do agronegócio constitui característica da expansão da fronteira agrícola. Para Arruda (2007), a urbanização e a

construção de núcleos urbanos significaram a materialização das condições gerais necessárias



FOTO 3 - Campo Alegre de Goiás: vista parcial da Escola Municipal Luiz Fava. O nome da escola é uma homenagem a um empresário rural do município. Fotografado por Patrícia Francisca Matos, 2009.



FIGURA 1 - Projeto da PG Ville.

Fonte: www.lpg.org.br

à reprodução do capital industrial no campo, constituindo uma associação de interesses econômicos e políticos no espaço, assim como condições para a apropriação monopolista da terra, para a mobilidade do trabalho e a integração do território.

Assim, cumpre dizer, que os usos do território no Sudeste Goiano pelo agronegócio têm proporcionado interferências nos aspectos:

econômico, social, político e ambiental. Especificamente no que se refere à questão ambiental, essa atividade tem deixado marcas de destruição no Cerrado, mostrando a perversidade do capital nos usos dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização da agricultura moderna, expressa por meio do agronegócio, seja do

cultivo de soja, de cana-de-açúcar ou de eucalipto modifica também as relações sociais de produção no campo, o aumento da produção e da produtividade com a incursão de novas culturas, novos métodos e tecnologias, assim como a exclusão de muitos sujeitos (trabalhadores/produtores) desse fenômeno. A expansão do capitalismo no campo, a ampliação do capital, produz, exclui e degrada. Essas três palavras caracterizam o agronegócio de uma forma geral, seja no Cerrado Goiano, no Cerrado Mineiro ou em outro lugar no qual o agronegócio territorializou/a-se.

Mas, se há características semelhantes em todos os lugares de territorialização da agricultura moderna, principalmente a exclusão social e a degradação ambiental, há também especificidades tanto na forma de incursão quanto de expansão. No Sudeste Goiano, as especificidades estão expressas nas políticas públicas do Estado, na força do capital privado, nos aspectos físicos, nas rugosidades históricas e nas disputas pelo uso do território. As disputas pelo uso do território no Sudeste Goiano, não são especificidades locais/regionais, tendo em vista as mudanças ocorridas no espaço agrário nacional e o modo como o próprio lugar materializa essas mudanças e ao mesmo tempo interage com o todo.

Assim, no Sudeste Goiano existem diferentes ritmos de modernização do agronegócio, em função das distintas forças de poder que atuam sobre esses territórios, como também das forças de resistências, que podem interferir na organização produtiva desses territórios. É o caso do município de Orizona, em que há disputas visíveis pelo uso do

território entre os empresários rurais e os camponeses. Por isso, considera-se que a modernização da agricultura metamorfoseou muitos espaços do Sudeste Goiano em territórios do agronegócio, porém, não é apenas essa atividade que domina e faz uso do território.

NOTAS

ⁱ Geógrafa; Doutora em Geografia pela Universidade federal de Uberlândia (UFU); Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas de Geografia Agrária e Trabalho (GEPEAT).

E-mail: patriciamatos@pontal.ufu.br

¹ Paisagens naturais do Cerrado formadas por sua cultura, suas formas de trabalho e suas relações de poder e com a natureza.

² Ser cerradeiro não é um atributo de quem nasce nas áreas de Cerrado, ou seja, não é um “atributo do território”. A condição de ser cerradeiro implica na compreensão da relação simbiótica do ser social com a natureza, que resulta num ser uno, sem estabelecer as dicotomias e os dualismos impostos pela racionalidade iluminista e mais tarde científica.[...] Quando se indaga quem é o cerradeiro, não se está buscando apenas aqueles que ainda cultivam seus valores, tradições, saberes e sabores, mas também aqueles que partilham da compreensão e da importância dessas vivências para estabelecer nexos de solidariedade e do reconhecimento da diferença, e os que incorporam as suas visões de

mundo o sentido de pertencimento, construindo uma identidade sócio-territorial. Ser cerradeiro é ser diferente. É ser diferente entre as muitas diferenças construídas pelos Povos Cerradeiros. E valorar ações e atitudes que escapam aos olhos dos racionalistas cientistas, que interpretam os territórios, os lugares, as regiões a partir das megas estruturas políticas e econômicas, sem, contudo, enxergarem que elementos da cultura e das formas de expressão dos Povos Cerradeiros podem ser apropriados por uma ação política emancipadora (MENDONÇA, 2004, p. 327).

³ O Grupo Tomazine foi quem edificou o vilarejo. Para homenagear a família, o vilarejo recebeu o nome de Tomazinópolis. Esse grupo possui empresa rural no município de Ipameri e indústria processadora de frango (Nutriza) e de grãos (Olvego) em Pires do Rio.

⁴ Francisco Tomazine. Entrevista cedida a Helianne da Costa Gondim, em novembro de 2007, na sua monografia de conclusão do curso de Geografia da UEG- Unidade de Pires do Rio.

⁵ Criado para ser um monumento da ciência, com estrutura de concreto armado revestidos de chapas de aço inoxidável. Essa estrutura, em forma octógona, foi projetada para durar mais de 2.000 anos, segundo os cálculos de seu criador, Paulo Gontijo. No interior do templo, há painéis destacando biografias dos maiores pensadores na área de biologia, matemática, física, química e teologia. E, também existe um painel com a biografia de Paulo Gontijo e um sumário de suas principais obras: Teoria

Energética e Teoria da Vida. Para mais leitura sobre o Templo da Ciência ver: GONTIJO, P. Templo da Ciência. Brasília: thesaurus, 2002.

⁶ O município de Ipameri tem cinco povoados: Tomazinópolis, Vila Pacheco, Vendinha, São Sebastião e Lago Azul e dois Distritos: Cavalheiro e Domiciano Ribeiro. O Distrito Domiciano Ribeiro fica a 150 Km da sede do município e conta com uma população de 3.126 pessoas conforme dados preliminares do Censo Demográfico de 2010.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Z. A. de. *Onde está o agro deste negócio: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências- UNICAMP, Campinas, 2007. 253f.

CHAVEIRO, E. F. Símbolos das paisagens do Cerrado goiano. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 47-62.

CHAVEIRO, E. F. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M. G et al. (Org.) *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M.A; SANTOS, R.A. (Org.) *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FERNANDES, B. O novo nome é agribusines. *Publicações Nera*, 2004. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/omeeagribusiness.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2009.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Trad. R. Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARCOS, V. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio. In: PAULINO,

E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.191-213.

MENDONÇA, M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano*. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: Unesp, 2004. 448 f.

OLIVEIRA, A. U. *Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo*. In: *Agricultura brasileira: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais*. Brasília: Via Campesina, 2004. p. 20-32. (Caderno de formação).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, M.. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

TEUBAL, M. O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.139-161.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.139-161.